

Estudos Gerais da Arrábida
DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Painel dedicado a Cabo Verde (30 de Julho de 1997)

Depoimentos de Manuel de Lucena¹ e Pedro Gonçalves².
Sessão presidida por Luís Salgado de Matos.

Manuel de Lucena: Aquilo que eu propunha era dar a presidência ao Luís [Salgado de Matos], espero que ele aceite. Tanto eu como o Pedro Gonçalves, e isso é o que justifica estarmos aqui hoje só os dois, é que tanto eu como ele estivemos em Cabo Verde antes e depois, estivemos com e sem o alto-comissário. A chegada do Alto-Comissário representou uma viragem. O ano passado estiveram presentes pessoas que estiveram lá sem o Alto-Comissário, o [então major] Hugo dos Santos, o [então primeiro-tenente Miguel] Judas e o almirante Silva Horta. E depois virão o Alto-Comissário e as pessoas que estiveram com ele, mas não estiveram antes. Eu o Pedro é que estivemos a cavalo, antes e depois. Então dou a presidência ao Luís, com muito gosto.

Luís Salgado de Matos: Esta minha presidência lembra-me aquele rei do Amazonas, cuja única função era ser sovado. E, por uma razão qualquer misteriosa, os antropólogos chamaram-lhe rei. Interrogo-me sobre aquela categoria de realeza. Se calhar é uma deficiência de tradução.

Pedro Gonçalves: Se calhar era sobado e não sovado. Sobado de soba.

¹ Manuel Lucena (n. 1940): Formado em Direito. Alferes miliciano em Cabo Verde (1974-75). Dirigente do MFA naquelas ilhas.

² Alferes miliciano no arquipélago de Cabo Verde e dirigente do MFA nestas ilhas (1974/75).

Manuel Lucena: A única função dos reis era levar. Depois, com o tempo, isso sublimou-se...

Luís Salgado de Matos: Eu acho que a minha presidência faz tanta falta como a desse rei.

Manuel Lucena: Portanto, toda a falta.

Luís Salgado de Matos: Eu que eu sugiro é que tu comeces...

Manuel de Lucena: Vou para Cabo Verde em Novembro de 1974, mobilizado depois de vir do estrangeiro onde passei [quase] onze anos. [...] Tendo as pessoas sabido que eu estava para ir, a certa altura fui convidado para almoçar com o [então] major Melo Antunes, que nessa altura estava no centro do processo de descolonização e que me pediu - dizendo que a questão [de Cabo Verde] estava a chegar a um momento decisivo, que ia haver negociações decisivas dentro de algum tempo, não muito -, me pediu para lhe mandar um relatório sobre a situação em Cabo Verde. Respondi: «Não conheço Cabo Verde. Não posso chegar lá e mandar um relatório. Você tem de me dar algum tempo». E ficámos entendidos que, dentro de um mês, mais ou menos, eu mandaria o relatório. Creio que lhe mandei o relatório no dia 11 de Dezembro, uma carta longa, um relatório em forma de carta, porque o Melo Antunes era um sujeito que eu conhecia, que era amigo de amigos meus, era o único militar de Abril que eu conhecia do antigamente. Encontrávamo-nos de vez em quando num café ali perto do Parque Eduardo VII. Portanto escrevi as minhas impressões ao fim de um mês sob a forma de uma carta, com umas vinte páginas. Se não fosse uma carta tão grande eu lê-la-ia aqui. O essencial do meu testemunho de hoje seria, pois, não uma recordação mas o que escrevi na altura. Apesar de só cá estarmos dois isso não me dá o direito de ler ... são muitas páginas. Vou então resumi-la e tenho mais algumas coisinhas a dizer. Foi entre a minha chegada a Cabo Verde em meados de Novembro e meados de Dezembro [de 1974] (o Alto-Comissário chegou nos ultimíssimos dias do ano) que se decidiu o processo de descolonização de Cabo Verde.

O resto foi execução, mais ou menos conseguida – mas disso sabe o Pedro [Gonçalves] mais do que eu. Chego numa altura em que ainda há ecos da situação anterior ao 28 de Setembro, ainda há ecos do que tinha sido o princípio do processo de descolonização de Cabo Verde, quando (na memória dos responsáveis e dos militares portugueses no arquipélago) a situação ainda era muito spinolista, digamos assim, e os moderados, os spinolistas, os não-revolucionários, os contra-revolucionários – isto é tudo uma questão de gosto – tinham tido o predomínio. De resto, não eram muito contra-revolucionários. Quando eu cheguei a Cabo Verde a *bête noire* ainda era o [então] tenente-coronel Loureiro dos Santos, que tinha sido chefe do Estado-Maior ou algo no género, recordado pela esquerda militar que já era dominante (estávamos em Novembro) como da época em que se procurara jogar com as forças moderadas, se procurara impor uma solução *soit disant* neo-colonialista, em que ainda se podia pensar que em Cabo Verde se iria apenas para a autonomia e não para a independência. Isso de resto daria azo a um incidente que não vem na minha exposição ao Melo Antunes. No dia em que eu cheguei a Cabo Verde, 16 de Novembro de 1974, tinha acabado uma greve [de funcionários públicos] que tinha tido uma adesão de muitíssimos por cento. Eu desembarquei em Cabo Verde quando estava mobilizado para Moçambique, tinha-me recusado a fazer a guerra do Ultramar e desertado em 1963. A minha posição, quando desembarquei, era em princípio favorável ao PAIGC, embora já tivesse algumas dúvidas, mas não punha em causa que a solução fosse a independência e passasse por um acordo preferencial entre Portugal e o PAIGC. Desembarco, e depois de alguns dias de hesitação, pois ainda cheguei a ser colocado na companhia de Intendência (do capitão Pinto Henriques), fui trabalhar com o major Soeiro para a 2ª Repartição, o que já de si era uma coisa muito significativa porque a 2ª Repartição é a repartição de informações e eu era um desertor: o Exército português, normalmente, não punha

um sujeito como eu num serviço desses. De resto, o major Soeiro disse-me, com um olhar severo de quem não estava de acordo com a minha nomeação (depois dei-me muito bem com ele): «Aqui presta-se um juramento especial», de lealdade ou fidelidade, creio eu. «Juremos, meu major», disse eu durante três ou quatro dias – e não jurei nada, já nem esse juramento especial tive de fazer. Muito rapidamente cheguei à conclusão de que a 2ª Repartição, tendo como função essencial obter informações sobre o que o potencial inimigo pensava e tentava fazer, estava muito mais virada, nessa altura, ao nível do pessoal amanuense (com uma senhora militante do PAIGC), para fornecer informações ao ex-inimigo. Por isso, o facto de eu não ter jurado apenas reflectiu o estado das relações de força e a situação real.

Luís Salgado de Matos: O juramento estava previsto no regulamento geral do Exército?

Manuel de Lucena: Que eu saiba não, mas ele disse-me isso. E eu não jurei, talvez por não estar previsto. Não sei, portanto, se foi apenas uma expressão do seu sentimento. Este episódio não é essencial. Logo à minha chegada, um oficial do quadro que estava nas colónias havia catorze anos, porque quando chegava à altura de férias não saía de onde estava, creio que era um capitão Oliveira, olhou-me e disse: «O nosso alferes deve achar que aqui há um grande movimento de libertação. E tem razão o nosso alferes, só que não é o movimento em que ele pensa – e todos sabemos qual é – mas sim o PRIM (Partido do Regresso Imediato à Metrópole), somos nós. E tem uma ala extremista militante – a FLAC (Frente de Libertação dos Apanhados do Clima) – também somos nós». Primeiro pensei que era uma boa piada mas cheguei rapidamente à conclusão que correspondia muito à verdade. E a primeira coisa que eu achei em Cabo Verde foi que não há que fazer distinção entre esquerda e direita porque esse estado de espírito – o do regresso imediato à metrópole – tinha excepções dos dois lados mas era um espírito que

alastrava nos dois lados. E eu, a primeira coisa que tenho a dizer, é que os maiores episódios de cedência sem contrapartidas às exigências do PAIGC foram decididas por oficiais superiores que de esquerda nada tinham, que não fizeram parte da esquerda militar nem antes nem depois do 25 de Abril, nem antes nem depois do 11 de Março. De facto, a descolonização de Cabo Verde é um exemplo nítido de cedência política porque nem havia, nem estava para haver, nem podia haver guerra, o movimento de libertação ia-se implantando e tinha importância entre a juventude e os funcionários sobretudo, e também na parte militar (dos militares do contingente local, cabo-verdianos), mas longe de estar enraizado e de ter o coração das populações. Tirando a juventude, onde a implantação me pareceu extremamente autêntica e altamente maioritária, quando passávamos para os funcionários e os militares... Por exemplo, na carta ao major Melo Antunes, digo que os militares [cabo-verdianos que assinavam] moções favoráveis ao PAIGC vinham ter comigo porque queriam vir viver para Portugal e não acreditavam naquilo, queriam que lhes arranjasse lugar nos aviões da Força Aérea. E outros oficiais portugueses poderão, certamente, dar testemunho do mesmo. Eu estive talvez uma situação particular nessa matéria porque fui nomeado para assessorar uma junta de mancebos, que foi antecipada porque os mancebos só podiam ter os papéis necessários para sair do território depois de terem passado por essa inspecção. Portanto, fizemos – com aquele [médico] que havia lá e era casado com uma irmã da secretária do Aristides Pereira – uma junta onde apareceram algumas dezenas de mancebos. Como estive nessa junta, mais alguns pedidos vieram, incluindo os de alguns sargentos. Mudando de assunto, quando eu cheguei a Cabo Verde o comando tinha, muito sabiamente e com muito bom senso, mandado de licença registada todos os soldados do contingente cabo-verdiano. Poucos dias antes de eu chegar tinha havido uma cena de tiros que para mim sempre ficou misteriosa. Houve quem falasse em centenas de tiros

disparados no recinto do quartel-general; e também houve pancadaria com militares portugueses, sobretudo gente das fragatas, que tinham batido em cabo-verdianos. E a reacção do comando militar foi mandar os cabo-verdianos de licença, com excepção de alguns sargentos. Eu passei a vida a chatear o tenente-coronel Guimarães da Costa, chefe de Estado-Maior (que estava como comandante militar interino no Mindelo, enquanto o coronel Caldeira, comandante militar, estava na Praia a substituir interinamente o governador) perguntando-lhe: «Quando é que estes tipos que assinam moções a favor do PAIGC são desarmados?» Mas ele fez orelhas moucas porque sabia que os homens não iam levantar cabelo – e não levantaram. Tenho pensado muitas vezes na sabedoria desse [desarme] das tropas cabo-verdianas, comparando com o que se passou em Timor, onde o Exército português armou ou deixou armar diversas facções que depois desataram aos tiros. [...] As várias facções cabo-verdianas não andavam armadas e portanto não houve nada que se parecesse com Timor.

Voltando à linha geral da minha conversa, a posição do PAIGC era forte entre a juventude, sem qualquer dúvida, entre muitos funcionários também (embora aí as coisas já fossem mais matizadas) e entre militares; na base de que o seu projecto era da união entre a Guiné e Cabo Verde. O PAIGC veiculava algo a que os cabo-verdianos estavam habituados, porque eram cabo-verdianos muitos dos quadros com os quais Portugal tinha colonizado a Guiné. Aí havia uma natural [continuidade] pois o que eles diziam era: «A Guiné tem as riquezas – de resto uma riqueza mitificada porque pensavam que a Guiné era muito mais rica do que de facto era – e nós temos os quadros». Nessa linha e nessa zona, desde os estudantes (por razões várias, que não são só as de futuros quadros mas também as da juventude) até a uma parte dos funcionários, havia uma adesão nítida naquela altura (Novembro de 1974) ao PAIGC, que era a força mais dinâmica do arquipélago. Eu contactei muito pouco ou quase

nada com o PAIGC mas aquilo que soube é que era de longe o partido mais dinâmico. Depois havia os outros dois movimentos que eram a UPICV (União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde), que tinha fama de ter apoio da China maoista, e a União Democrática de Cabo Verde, que derivava de velhas tendências autonomistas e tinha ligações com a burguesia dos grémios, e que era um partido moderado: na altura era um partido independentista mas seria [simplesmente] autonomista se fosse preciso. Tudo dependeria de como estivessem as coisas em Portugal, e Portugal naquela altura dizia que era a independência... E esses partidos que eram partidos pouco dinâmicos (pelo que me pareceu, continuo a dizer que contactei pouco com a parte cabo-verdiana orgânica) cuja juventude não aparecia, cujos quadros eram raros e sobretudo que eram gente mais velha, [...] gente com menos sangue na guelra; mas a mim pareceu-me que colavam bastante bem com o sentir geral da população, da outra população: por um lado, com o dos muitíssimos dependentes da tropa portuguesa que eram desde os cozinheiros, as lavadeiras, a todo aquele pessoal que andava à volta do quartel-general; por outro lado, o dos comerciantes e elementos da população que nós encontrávamos por toda a parte, desde os mercados, até à rua e aos cafés – e que era correspondente àquele Cabo Verde que sempre tinha estado ali, com a presença portuguesa, pobre, mas onde ultimamente tinha deixado de haver fome, com as verbas de apoio [para obras públicas] e o leite para as crianças. Portugal tinha tomado cuidado para que não se repetissem certas *gaffes* como a última grande fome, creio que de 1954; e tinha desenvolvido o sistema escolar, com o resultado de eles terem quase todos o liceu feito mas não terem emprego porque não havia indústrias, porque não havia...

Pedro Gonçalves: 55% da população tinha menos de dezoito anos.

Manuel de Lucena: O que não impediu que as manifestações pró-PAIGC fossem fundamentalmente de gente nova, com uma presença

de miúdos das escolas [primárias], gente dos seus dez anos e depois também até aos 15, 16, por fora. Ao longo daqueles meses, quando se percebeu que Portugal ia mesmo sair, que o governo de transição ia ser combinado entre Portugal e o PAIGC, e a independência ia ser liderada exclusivamente pelo PAIGC, eu deixei de sentir – não só eu como muitos militares portugueses com os quais conversava: alguns até tinham relações mais íntimas com a população, a começar pelo famoso caso das saias de Cabo Verde, que tinham sido sempre bastante favoráveis à bandeira nacional, mas que com o tempo começaram a manifestar alguma relutância e a dizer: «Vocês vão-se embora, vocês abandonam-nos». Havia uma parte da população que fazia boa cara a mau jogo mas que temia muito a união com a Guiné, por um lado; e, por outro lado, não sabia o que ia encontrar e sentia, sobretudo, que com os portugueses se iria embora muita coisa. Para já, ia embora o mercado porque o corpo expedicionário português representava uma percentagem alta, não sei quantificar, dos negócios: os restaurantes, as vendas de produtos da zona franca, tais como discos, aparelhos eléctricos, bebidas, etc., o mercado para essas coisas éramos nós. E também éramos nós que empregávamos as lavadeiras, as cozinheiras, e muito outro pessoal. E com a nossa partida acabariam também as verbas de apoio que, por vezes, eram empregues apenas para justificar os salários. Em Cabo Verde vi, pela primeira vez, realizado o conceito heiddegeriano do «caminho que não leva a parte alguma». Havia um caminho que partia da cidade do Mindelo para os lados do Chão do Alecrim, que era um bairro periférico, um caminho que serpenteia pelos campos sem passar por uma única aldeia, também não passa por casas isoladas nem por nenhum poço onde se vá buscar água, não passa por sítio nenhum, e a certa altura chega a monte. E eu disse ao capitão Oliveira: «Vão fazer aqui um túnel». Pensei: passa-se para o outro lado da ilha. E o capitão disse: «Sim, para depois fazer saltos de prancha, porque do

outro lado é a pique sobre o mar». Aquilo eram verbas só para dar dinheiro às pessoas para elas terem o que comer.

Pedro Gonçalves: E havia uma actividade fundamental que era virar as pedras das calçadas.

Manuel de Lucena: Ou construir, destruir e reconstruir os muros de um jardim que havia lá na outra ponta do Mindelo que era um jardim muito bonito, com umas cores como as de Veneza. Era algo que já se vira em Angola muitos anos antes, quando se fez por três vezes o muro do cemitério de Luanda, história que eu sabia porque o meu pai ma tinha contado, não é do meu tempo. Nesta situação, a descolonização foi comandada, fundamentalmente, quanto a mim, pelo que se passou cá. Até à viragem do 28 de Setembro, o general Spínola ainda funcionava com algum arreganho em Portugal e a sua linha tinha alguma força também no arquipélago. E continuou a ter os seus adeptos mesmo depois do 11 de Março; um homem como o capitão Velasco Martins, que era comandante da Polícia Militar, continuava a dizer que era spinolista. E esta era uma das unidades em princípio operacional, eu acho que não era, estava neutralizadíssima. Havia apenas uma unidade que não estava neutralizada, que era a companhia de infantaria 41/42 do capitão Macedo Marques, considerado discípulo daquele expoente da extrema-direita de Coimbra que tinha uma revista.

Luís Salgado de Matos: O José Vale de Figueiredo.

Manuel de Lucena: O José Vale de Figueiredo. Ele [o Macedo Marques] era comandante da única unidade, de resto muito denunciada pelo PAIGC, que quando ocupou a rádio do Mindelo – episódio central que eu conto ao Melo Antunes: é o episódio de viragem no território...

Pedro Gonçalves: [Rádio] que era na sede do grémio.

Manuel de Lucena: Era.

Luís Salgado de Matos: O grémio era do comércio.

Manuel de Lucena: Era o Grémio dos Comerciantes do Mindelo. E quando foi a viragem, a rádio passou a servir o PAIGC e começou a denunciar e a fazer uma acção psicológica intensa sobre a companhia 4142 do Macedo. Mais tarde, quando eu estava para me vir embora, ainda tive ocasião de... Quando cheguei a Lisboa contactei o então major Hugo dos Santos, muito ligado a Cabo Verde, para lhe dizer: «Desapareceu a única unidade [plenamente operacional] que nós tínhamos em Cabo Verde», pelo menos nas ilhas do Barlavento [...]. Porque havia a companhia 4142 e havia uma companhia 4143, já mais ou menos abandonada [como outras...]; e então chegou um telegrama de Lisboa mandando regressar a 4143; e houve um génio – um génio! – da esquerda militar em Cabo Verde, que deu a notícia de que era a 4142 [que devia regressar]. Quando um dia ou dois depois se quis repor [a verdade] a companhia 4142 já sabia havia 48 horas que vinha para Portugal, tinha sido destruída, tinha acabado. A mim, o hoje general Hugo dos Santos ainda me disse que ainda havia não sei o quê no Sal e que iam ser tomadas algumas medidas, não sei se isso se fez ou não.

Tudo dependeu do que se passava cá. Lá, no terreno, não havia nenhuma guerra [actual], nem nenhuma guerra possível. O PAIGC não tinha armas. Não tinha a possibilidade de desencadear qualquer acção guerrilheira. O grosso da população não tinha consciência política, mas estava habituada a nós e sentia-se apreensiva com a nossa partida e apreensiva também com a união com a Guiné, ou, como testemunhei em Santo Antão, ofendida com atitudes de «posso, quero e mando» do PAIGC. E depois havia alguns militantes desse partido, que iam aumentando em número e cuja penetração era real, sobretudo entre o funcionalismo e a juventude. Os outros partidos estavam à defesa. Quando eu cheguei a Cabo Verde, a situação já era a seguinte: havia duas rádios, uma do grémio do Mindelo, outra na cidade da Praia. A da Praia já estava do lado do PAIGC; a rádio do Mindelo ainda estava no Grémio, pertença dos comerciantes, mas

havia uma censura militar. Não se chamava censura, evidentemente, porque depois do 25 de Abril isso não se dizia. Dizia-se que era uma comissão de acompanhamento ou de revisão ou coisa assim. À maneira do que se fazia na metrópole, que quando, na oposição, se queria escrever acerca do Lenine se dizia Vladimir Ilitch, quando essa rádio queria atacar o Amílcar Cabral chamava-lhe o homem de S. Jorge dos Órgãos, que era a terra dele em Santiago³. As coisas já estavam bastante inclinadas para o PAIGC, mas ainda não tinha havido, digamos, uma decisão. Não tinham acabado aqui as negociações. Não se sabia ainda, embora se calculasse, se o Governo português ia negociar só com o PAIGC ou se ia dar alguma parte, algum despojo, à UPICV ou à UDC; e, no terreno, a começar pelas Forças Armadas, as coisas ainda não estavam decididas, embora já não estivesse lá o Loureiro dos Santos, que era considerado reaccionário por alguma extrema-esquerda (coisa que hoje fará sorrir); e, apesar de tudo, os comandos militares estavam nas mãos de pessoas solidamente conservadoras: o coronel Caldeira, comandante militar, que não estava no Mindelo nessa altura (estava como governador interino na Praia), veio para cá depois do 25 de Novembro comandar a Polícia e tinha um currículo anti-comunista impecável; o tenente-coronel Guimarães da Costa, chefe de Estado-Maior (então comandante interino em São Vicente); e outros, como o capitão Velasco Martins ou o Luís Goulão, comandante da Companhia de Caçadores nº 2 (dos Goulões da CAP, creio) ou o capitão Macedo Marques, com fama de direitoista e o capitão Oliveira, comandante da polícia, que tinha estado na guerra civil de Espanha e dizia: «Eu entrei em Gerona e entrei em Tarragona, só não entrei em Barcelona.»

Luis Salgado de Matos: Militares normais.

³ Outra versão da sua vida dá-o como natural da Guiné.

Manuel de Lucena: Os comandos eram da direita militar. Claro que a outro nível de oficiais e furriéis milicianos, e mesmo dos nossos primeiros-cabos, a conversa era outra.

O episódio em volta do qual me parece – embora aqui eu seja suspeito porque é aquele em torno do qual se organiza a minha exposição ao Melo Antunes, pode haver aqui eventualmente, peço que desconfiem de mim, uma inflexão *pro domo mea*...Nessa altura considerei-o muito importante mas não quer dizer que tenha sido. Foi um episódio, para o qual fomos prevenidos, em princípios de Dezembro de 1974. O PAIGC achava intolerável a existência da rádio do Mindelo nas mãos dos comerciantes do Grémio – gente que achava ou dizia ligada aos outros partidos já referidos, ou até ligada a partidos «reaccionários» [metropolitanos], como o Partido do Progresso ou o Partido Liberal, ou até a informadores da PIDE – e anunciou que militantes seus iriam ocupá-la. Depois marcaram um dia de princípio da semana para isso. Aí entra uma coisa que é um bocadinho o segredo da situação e do *modus faciendi* destas coisas. Era tudo interino: o coronel Caldeira na Praia governava interinamente; o tenente-coronel Guimarães da Costa era comandante militar interino no Mindelo, além tinha tido uns assomos cardíacos sérios e estava em dificuldade pessoal por causa disso. No contingente, depois do 28 de Setembro, todo o pessoal de esquerda ou de extrema-esquerda (esta é uma distinção a fazer, e a extrema-esquerda era evidentemente mais insofrente e mais lançada para o «vamos mas é embora, isto é deles e viva o PAIGC!»; o PCP apesar de tudo era mais prudente) tinha ganho fervor e animação. Portanto, a posição dos comandos era muito difícil. Mas eram quem comandava e tinham apesar de tudo alguns elementos de intervenção. Quando se recebe o ultimato do PAIGC – «Nós vamos ao Grémio se vocês não fazem nada, e vamos ocupá-lo» – nós tivemos todo o tempo, e houve reuniões – sobretudo uma grande reunião no próprio dia – para decidir: «Vamos deixá-los ou não vamos deixá-los?» A decisão do

comando foi perguntar para Lisboa. Mas como Lisboa, passando os dias e depois as horas [no dia marcado], não dizia nem ai nem ui, a situação tinha de ser resolvida *in loco*. E defrontaram-se duas posições: uma era a de que «a soberania portuguesa ainda está em vigor, não está ainda celebrado o acordo com o PAIGC, por isso, qualquer ataque será repellido»; de resto não custaria muito, o Macedo Marques da 4142 dizia: «Vou lá de mãos limpas [nuas] sem levar uma arma». Mas também houve quem dissesse: «Não senhor, é preciso ter muito cuidado, já houve pancadaria, já houve aquela história dos tiros e das correntes e desencadear uma coisa dessas é desencadear um processo de violência no qual nós não sabemos se as unidades obedecem». Curiosamente, havia por um lado a dúvida de que algumas unidades obedecessem e, por outro lado, o receio de que «se decidirem obedecer se calhar excedem-se». Pode-se pecar por defeito e pode-se pecar por excesso. Portanto, «Lisboa que decida». E enquanto Lisboa não decidia, o PAIGC ocupou.

Eu vinha de Paris. E aquela ocupação era de fazer sonhar toda a malta do Maio de 68. Porque, foi um grupo de rapazes que ocupou o Grémio: eu vi dois no telhado onde tinham içado a bandeira do PAIGC, um dos quais tinha uma espingarda que era evidentemente um bocado de madeira, que nem sequer disparava feijões. Nós éramos um corpo de Exército e eles cinco miúdos que ocuparam aquilo. De resto, ainda hoje me lembro porque a tarde caía e estava um vento cálido, eu saí da reunião e o capitão Macedo Marques estava cá fora com a [Companhia] 41/42. E disse-me, olhando para mim, sabendo que estava a falar com um desertor, portanto, eu era a caução de esquerda de que ele precisaria: «Como vê, não estamos armados. A gente vai lá e tira-os à mão. Diga ao tenente-coronel Guimarães da Costa que não temos aqui uma arma».

Luís Salgado de Matos: Ainda havia disciplina...

Manuel de Lucena: Isto é uma pura impressão pessoal: nunca mais me esqueci, isso é daquelas coisas que ficam, se eu tenho dito

«vamos lá» ele tinha ido. Porque eu era o tipo de esquerda de que ele precisava. Mas eu não disse e ele não foi. É a impressão que eu tenho. Pode ser que seja uma mera impressão subjectiva. O capitão Macedo Marques não me disse nada de que eu possa tirar esta conclusão. Eu apenas extraio isto da insistência com que ele me disse: «Estamos aqui, como vê, não há aqui uma arma, não há aqui uma munição» e da maneira como ele me olhou. E como eu estava muito a favor de que não deixássemos o PAIGC ocupar o Grémio, eu tenho essa impressão. Mas era uma mera impressão. O PAIGC ocupou o Grémio, foi de facto a glória da [sua] juventude académica: com espingardas de pau conseguiu impor-se a um corpo de exército. E a seguir a rádio começou a pedir a prisão (com nomes dos principais expoentes dos outros partidos, acusando-os então de participação na conjura do 28 de Setembro, de terem sido informadores da PIDE ou membros Partido do Progresso ou do Partido Liberal). E aquilo começou a crescer, com uma ameaça subjacente, que era: «Nós [os responsáveis do PAIGC que contactavam com o nosso comando, gente, nessa altura, aparentemente vizinha do Pedro Pires; ao passo que a rapaziada mais extrema e os estudantes teriam como farol o Silvino da Luz] não nos responsabilizamos pelo que possa acontecer a essas pessoas se vocês [nós portugueses] não os prendem. Daí que, sem qualquer intuito de lhes fazer mal, e até, estou convencido, muito pelo contrário, com o intuito de os poupar a algum enxovalho ou pior, o comando português decidiu pegar em 27 ou 29, já não me lembro, dos mais citados pela rádio do Mindelo e metê-los numa fragata que os levou para a ilha de Santiago. Aí, com aquele sentido político que se pode pensar não propriamente ilustrado, meteram-nos no Tarrafal. Muito bem tratados, creio eu, pelo menos ao princípio; podiam receber encomendas das famílias, etc. Também foram presos alguns em Santiago. Como não tinha havido lá o mesmo tipo de acontecimento e talvez porque Santiago fosse mais maciçamente pró-

PAIGC, de Santiago só nos vieram para o [Mindelo] dois ou três. Eu estava de oficial de dia quando os recebi e ofereci-lhes whisky. Os de Santiago foram recambiados para S. Vicente e depois evacuados não sei para onde. E os de S. Vicente foram mandados para Santiago e para o Tarrafal. Assim foi. Isto pareceu-nos um bocadinho enorme, a mim, ao Pedro [Gonçalves] e àquele o tipo de Santarém... miliciano. Como é que se chama? Esqueço-me sempre. Nós fizemos aquele papel...

Pedro Gonçalves: O Morgado.

Manuel de Lucena: Não, não era o Morgado. Bom, fomos três que fizemos um papel a protestar um bocado contra aquilo e acabava a dizer que estávamos à disposição do comando para o ajudar a não sermos a polícia política do PAIGC. Eu pensei que pudéssemos ser detidos e mandados para o Continente. Não. Fomos eleitos para a direcção do MFA de Cabo Verde. E a 11 de Dezembro, pelo menos no meu caso (eu creio que o caso do Pedro [Gonçalves] foi ligeiramente diferente porque ele teve mais votos do que eu), fui eleito graças aos votos de oficiais do quadro, para os quais eu funcionava um bocadinho como pára-raios: como era desertor e tinha fama de esquerda, podia dizer aquelas enormidades.

Luís Salgado de Matos: Dizias qualquer coisa. O Exército português funciona no princípio da base da auto-gestão. Cada um faz o que quer, desde que não desrespeite os superiores hierárquicos.

Manuel de Lucena: Fizemos o papel, fomos eleitos para a direcção do MFA, eu sei que tive alguns votos contra de malta miliciana de esquerda, e depois fomos de avião, num Highlander, até à Praia conferenciar com o coronel Caldeira em vésperas da chegada do Alto-Comissário, do almirante [Almeida d'Eça]; o qual depois veio ao Mindelo onde também falou connosco.

E quando lá chegámos [à Praia], pusemos o problema [...]

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

.. eu pensei que as coisas estavam a andar de uma certa maneira [favorável] porque apareceram na Praia delegados do Kennedy, e houve um congresso no Hotel Carlton de Boston – há lá muitos cabo-verdianos – que protestou contra a situação de Cabo Verde. Fui burro, pensei que aquilo era um interesse dos Estados Unidos pelo arquipélago «porta-aviões no Atlântico», um interesse geoestratégico por causa das ilhas. Não era nada. Eram umas eleições no Massachusetts em que havia para aí 12 mil votantes de cabo-verdianos, ou uma coisa assim que eu li num jornal na altura. Por efeito conjugado, do nosso papel, da pressão americana, do bom senso do Alto-Comissário que entretanto chegou (o Alto-Comissário passou poucos dias depois no Mindelo e disse que não havia problema nenhum, que aqueles homens não iam ficar entregues [ao PAIGC], era uma questão política para ser resolvida com uma certa calma, mas que eles não ficariam na cadeia, que nós podíamos estar certos disso).

A partir do momento em que o Alto-Comissário chegou e com a entrada em funções do governo de transição, certas coisas que se estavam a passar e que davam um bocado a ideia de que o PAIGC se estava muito nas tintas para nós – quando nós o apoiávamos, muito bem; quando nós não o apoiávamos, aquilo era meia bola e força – e certos sintomas de indisciplina militar, tudo isso foi travado. Eu ilustro: um dia, quando eu ainda estava na Companhia da Intendência, chegou um cabo e disse ao capitão Pinto Henriques: «Meu capitão, a população anda fardada». O capitão deu dois pinotes e deu-lhe dois berros – ele era boa pessoa mas berrava. E o homem disse: «Sim, meu capitão, desculpe. Mal, mas fardada». E então era que a população, como nós vínhamos embora, em data relativamente próxima, (isto passou-se em fins de Novembro ou princípio de Dezembro) a população tinha aparecido... À entrada do recinto do quartel-general havia sempre homens da Polícia Militar e à volta dos polícias militares estava sempre imensa população, sobretudo

mulheres com miúdos, que falavam com eles, por vezes afagavam-nos um pouco, miúdos, e de vez em quando eles deixavam-nas passar. Houve uma altura em que não eu não abria porta nenhuma, nem ia a nenhum sítio, naquele recinto do quartel-general sem primeiro bater à porta porque podia acontecer que, que... Uma vez tinha entrado lá uma grande chusma, precisamente na véspera do dia em que apareceu o cabo a dizer que a população estava fardada, eu tinha visto entrar de facto muita gente, mulheres e crianças. Então o que é que eles tinham feito? Tinham ido ao depósito de fardamento e tinham dito ao cabo ou ao sargento que lá estava que havia ordens para distribuir o fardamento. E uma vez que eles disseram isso e tinham entrado, o tipo distribuiu. E, de facto, a população andava fardada, inclusivamente mulheres de leopardo. Claro que foi logo dito ao PAIGC que aquilo não era admissível e o PAIGC mandou rapidamente desfardar... e isto durou escassas 24 horas no sentido italiano, quer dizer, menos de 24 horas; os italianos é que dizem cinco minutos abundantes, cinco minutos escassos. No dia seguinte ainda se via um miúdo com umas botas ou uma senhora com um blusão, já não andavam propriamente fardados. Esta foi uma das histórias. Outra história: foi apanhado *in extremis* um daqueles carros com pipas que levam 300 ou 500 litros de azeite que já ia a sair do dito Q.G. Mas não foram apanhadas as 200 ou 300 garrafas de whisky que uma noite desapareceram. E um dia fez-se silêncio no céu durante mais de meia hora porque estávamos na sala de oficiais e entrou também um cabo ou um sargento a dizer ao tenente-coronel Guimarães da Costa: «Meu coronel, levaram os colchões da Intendência». Andavam as coisas um bocado assim.

Pedro Gonçalves: Para além disso, havia abastecimentos das forças armadas a circular nas ruas do Mindelo, o que era absolutamente surrealista. E a explicação que nos davam na Intendência era que tinha havido um problema de embarques e que as coisas tinham ido para lá enganadas.

Manuel de Lucena: Isto estava assim e apareceu lá o [hoje] general Hugo dos Santos que nos explicou que vinha de Timor onde ainda era pior e que ele tinha levado dois furriéis e dois alferes presos para a metrópole, que tinha apanhado dois pelotões a marchar praticamente nus nas ruas de Díli. E que ali em Cabo Verde o caso não estava tão mau, mas ia nesse caminho. Este género de graça acabou com a chegada do contra-almirante Almeida d'Eça, com a entrada em funções do governo de transição. Ficou tudo mais composto. Até porque se sabia: «vai ser assim; a data da partida é esta [5 de Julho]». Deixou de haver aqueles incentivos do género: «Se a gente fizer mais algumas coisas, talvez vá (de volta à metrópole) amanhã». A partir daí a situação entrou um pouco nos eixos.

Mas, a certa altura, aparece em Cabo Verde o problema da lei eleitoral portuguesa, segundo a qual por cada 20 ou 25 mil recenseados haveria um deputado. E aplicava-se a Cabo Verde. E aí estabeleceu-se o pânico outra vez porque isto já foi depois do acordo entre Portugal e o PAIGC, que é de Dezembro [de 1974]. O PAIGC disse⁴: «Se se fizer um recenseamento democrático em Cabo Verde e a população ocorrer em massa, Portugal pode estar a fazer um referendo disfarçado, provando que Cabo Verde apenas quer ser autónomo, num quadro português». Se Cabo Verde se entusiasmar e se inscrever maciçamente para eleger deputados à Assembleia Constituinte portuguesa é porque quer ser português. E isto casa-se bem com algumas coisas que nós ouvimos aqui nos anos anteriores [em sessões deste Seminário] acerca das negociações da independência da Guiné, quando eles queriam juntar os dois processos e quando foi preciso a parte portuguesa pôr os pés à parede e estabelecer que eram dois processos diferentes.

Com tudo isto [da Constituinte portuguesa], o PAIGC ficou desconfiado. E compreende-se bem. Só que o dr. Almeida Santos,

⁴ O que se segue não é citação de qualquer documento ou declaração oficial do PAIGC, mas apenas descrição de um estágio manifesto (e compreensível) estado de espírito.

ministro da Coordenação Interterritorial, que tinha muita importância nas coisas legais gerais da revolução portuguesa, disse que se fossemos modificar a lei eleitoral portuguesa se ultrapassava o 25 de Abril de 1975, [e não se cumpria a] promessa formal, solene, do MFA de que, no máximo de um ano depois da revolução de 25 de Abril, haveria eleições para a Constituinte. Tinha, portanto, de se arranjar outra solução.

Pedro Gonçalves: Isto era verosímil.

Manuel de Lucena: Era completamente verosímil. Era ilógico que Portugal tivesse negociado um governo de transição e a passagem de poderes para o PAIGC e depois perseverasse na ideia de fazer um recenseamento eleitoral daqueles no arquipélago. Era óbvio. Só que isto tinha de se resolver sem mexer na lei. E resolveu-se com o senso comum habitual. Eu não participei nessas negociações. Tomei o cuidado de me candidatar à «dinamização cultural» Não das populações mas só na da nossa tropa e não participei em negociações com o PAIGC porque achei que aquilo estava um bocado minado. Essa foi uma missão de sacrifício encomendada a outras pessoas. Mas eu tinha a [dinamização cultural da] tropa. Todas as semanas tinha uma sessão com cada uma das companhias de S. Vicente. Eram cinco: Intendência, Comando e Serviços, Caçadores 2, Polícia Militar e a companhia de infantaria 4142. De segunda a sexta, eu tinha duas ou três horas com cada uma de formação política, cultural, sindical... Obrigava todos a estar vinte minutos e depois só ficava quem queria. Os outros iam jogar à bola ou outra coisa qualquer. E quando eu estava todo contente, aí nos finais ou no meio de Janeiro de 1975, muito quentinho com aquela malta [que ficava], dava-lhes estes papéis que aqui tenho e que eram distribuídos ao Sábado. Eles gostavam sobretudo dos papéis em que eu lhes explicava a greve e as várias espécies de greve, como a greve-rolha, a negociação colectiva e o que era o recenseamento: como o recenseamento era fraudulento no tempo do Salazar e como agora o recenseamento

democrático ia ser óptimo. Estávamos nós nisto e aparece o acordo para resolver o sarilho da lei eleitoral. O acordo com o PAIGC foi: «A lei não se refaz e vai fazer-se o recenseamento em Cabo Verde». Agora, entre o MFA e o PAIGC, em confiança, ajusta-se o seguinte acordo: não vai quase ninguém recensear-se. E para se garantir isto o recenseamento deixou de ser nas freguesias e passou a ser só nas cabeças dos distritos. É como se o recenseamento do distrito de Lisboa fosse só na cidade de Lisboa. Quem vivesse noutras sítios teria de vir a Lisboa recensear-se. E em Lisboa (ou seja, no Mindelo) só numa determinada casa de uma determinada rua é que se fazia o recenseamento. E o PAIGC declarou imediatamente interdita essa rua, quem fosse a essa rua levava no côco. Apesar disso, não ficou seguro porque tinha muito medo de que os funcionários, não só no Mindelo e na ilha de S. Vicente mas também nas outras, os funcionários do centro do recenseamento procedessem oficiosamente de modo a multiplicar o número dos inscritos; por serem dos outros partidos ou por serem contra o PAIGC. Portanto, era preciso que o recenseamento fosse feito por militares portugueses porque só nos militares portugueses é que o PAIGC tinha confiança. Em suma, estava eu um dia na Polícia Militar com os meus melhores instruídos daquela unidade quando me aparece um oficial a dizer que eu tinha que indicar os meus melhores instruídos, sobretudo primeiros cabos milicianos que iriam fazer eles fazer eles a fraude do recenseamento nas ilhas do Barlavento.

Luís Salgado de Matos: Porque é que não recorreram ao pessoal já preparado?

Manuel de Lucena: Isso não me perguntes porque eu não tive decisão sobre este assunto. Espumei um pouco, mas o pessoal preparado era o pessoal civil em quem o PAIGC não tinha a menor confiança. Portanto, tinham de ser militares portugueses a substituir os funcionários em quem o PAIGC não tinha confiança. Porque tinham medo que, embora a rua estivesse interdita e embora só os

portugueses pudessem lá passar... tanto que se inscreveram no Mindelo 86 tipos, todos portugueses, e a maioria dos portugueses também não se inscreveu [porque não perceberam se o PAIGC queria que eles se inscrevessem]. Com 86 inscritos não havia lugar à eleição de nenhum deputado por Cabo Verde e estava posta de parte toda e qualquer suspeita... E assim as coisas foram resolvidas ali. *Manuel de Lucena repete o que atrás disse acerca do efeito normalizador da chegada do Alto-Comissário, reforçada pela chegada do comandante Pedro Pires. Salvo um episódio de falta de víveres em que se temeu alguma reacção popular provocada pela fome: «ele há aí uns roncos», disse o capitão Oliveira da polícia, «roncos de fome»; e, por precaução, famílias de militares que viviam na cidade recolheram ao recinto do Quartel-General. Mas depois chegaram os víveres e não houve nada. A partir daí tudo procedeu (de acordo com aquilo que ficara decidido sobre a legitimidade revolucionária reconhecida ao PAIGC) por acordo entre as autoridades portuguesas e esse partido.*

Estava convencido de que isso era assim em todo o arquipélago. Não sabia qual era a situação nas outras ilhas. Mas na semana antes de me vir embora, já em Abril, fui à ilha de Santo Antão, que é em frente de São Vicente. Todos os dias se via passar na praia um barco que era o *Nauta*, um veleiro, tinha aquelas velas enfunadas, aquela vela da frente, parecia uma nave de antanho. E eu desejava ir à ilha de Santo Antão e finalmente fui. [...] Quando cheguei a Santo Antão fui visitar o destacamento português que estava do outro lado. Do lado da ilha de S. Vicente há o Porto Novo, onde chega o barco, depois sobe-se uma enorme rampa e desce-se para o lado de lá, e do lado de lá estão as principais povoações, que eram a Ponta do Sol, onde estava o nosso destacamento, no meio a Ribeira Grande e depois o Paúl (digamos, que se fossem cidades e se fossem granditas seriam Lisboa, Coimbra e Porto).

Do lado de cá demos por que havia pessoas presas pelo PAIGC, que estava à solta no lado de cá e que prendia as pessoas pelas mais variadas razões. Encontrei na prisão da polícia de Santo Antão uma velhota que vendia aguardentes e outras coisas e que se recusava a pagar-lhes impostos porque dizia que quem mandava era Portugal, uma miúda que era muito bonita, e que depois vim a encontrar em Portugal na profissão que se espera, e que era amante de um cabo português que era invejado, e eles (do PAIGC) não estavam de acordo que continuasse «a promiscuidade dos tempos do colonialismo». Depois estava a um velho com uma barba branca a quem eu perguntei porque é que estava preso e ele respondeu: «*in vino veritas*» (sic). Tinha bebido uns copos e tinha dito o que pensava do PAIGC. E mais alguns. Quando cheguei à Ponta do Sol aonde reinava a melhor das harmonias entre o contingente português (que não eram vinte mas estavam reduzidos a nove, comandados pelo alferes Viana) e a população, fui recebido com o belo jantar e esse jantar foi de lagosta. Nesse jantar fizeram-se brindes ao PAIGC e o pescador que brindava dizia: «viva o PAIGC mas não há nada como o Exército português». Claro que não havia porque nós tínhamos lá mantimentos para vinte e eram nove de modo que os distribuíamos generosamente pela população. Além disso, havia alguém, um pensador da tropa (não tinha sido o Viana) que para ganhar o coração dos pescadores lhes tinha dado explosivos que faziam «buumm!» e depois as lagostas apareciam a boiar. Aquilo era uma excelente coisa... Mas a tropa estava furiosa! Porque estava a menina do cabo presa e havia outras lavadeiras, que eram as meninas de outros soldados, também ameaçadas de serem presas por essa razão de luta do PAIGC, da parte masculina do PAIGC, contra os costumes coloniais. O Viana estava furioso e disse-me que aquilo ia acabar. Eu estive lá um dia e depois vínhamos embora, (Ele tinha de vir também ao Mindelo tratar os dentes), e disse: «A gente vai lá [à prisão de Porto Novo] fazer uma demonstração». Lá fomos à prisão e tirámos

alguns, não podemos tirar todos os que estavam presos. Por muito que eu candidatasse o velho, ele resolveu tirar só as mulheres. E assim foi: fomos numa *Unimog*, com soldados, chegámos à prisão da polícia e mandámos sair as pessoas, os tipos disseram que não que o PAIGC não deixava, o Viana aí puxou dos galões e das armas e os tipos deram as mulheres e nós chegámos ao barco para regressarmos, nós os dois com as mulheres, no *Nauta*, para o Mindelo. Mas aquilo (o *Nauta*) era propriedade privada e os tipos opuseram-se tranquilamente a vender passagens para as mulheres: «Só vendemos dois bilhetes para os srs. alferes»... Estava o PAIGC por detrás. Então combinado com o Viana o seguinte: «Está bem, nós compramos dois bilhetes e vou eu e uma delas», e era a [namorada] do cabo, que era o caso mais sensível. E comprámos os bilhetes. Só que entretanto o *Nauta* partiu. E havia outro, o *Carvalho*, mas que partia duas horas mais tarde. Fomos para o *Carvalho*. Ah! Quando cheguei lá na véspera, [vira que] as prisões andavam a ser feitas por dois tipos – um tipo já de certa idade e um juvenzinho que guiava – num grande carro amarelo americano. E quando nós íamos para bordo – eu e uma das mulheres (o Viana ia tentar arranjar bilhete para ele) – apareceu o carro amarelo! Eh pá! O raio do barco nunca mais parecia e o Viana foi conferenciar com o tipo mais velho que estava no carro amarelo. Passa o tempo, passa o tempo, e depois o Viana vem e diz à rapariga que saia, porque tinha estado a confabular com o tipo do PAIGC e tinha resolvido ceder. Eu protestei um bocado, mas o Viana mandava e pronto. Veio furibundo do barco e aí pensei que estava a ser comido como um patinho, e estava. Porque na minha frente, quando chegámos ao Mindelo o Viana «informou» o comandante militar que o destacamento que estava na Ponta do Sol, e que estava farto de estar na Ponta do Sol, se vinha embora. E o coronel Caldeira disse-lhe que não vinha nada, e ele disse que vinha. E o Caldeira mandou-o pôr-se em sentido. E ele disse: «Eu volto para o Mindelo se o meu coronel mandar, mas com ordens escritas: ou de

que aceite que o PAIGC ande a prender a população; ou de que não aceite». E aí o coronel Caldeira desistiu. E no dia em que eu embarquei para Lisboa, a fragata que estava no porto do Mindelo foi a Santo Antão buscar o nosso contingente e o contingente veio. Portanto, Santo Antão em Abril, Maio e Junho – a independência foi a 5 de Julho – ficou logo entregue a administração do PAIGC. O coronel Caldeira não ia dar ao Viana ordem para disparar porque já sabia que daí viria, como diz o outro, «um bom pedaço de cadáver»⁵, e cadáver do PAIGC. E também não ia dar ordem escrita a dizer que a soberania portuguesa até 5 de Julho era como se não existisse, você deixa o PAIGC fazer o que quiser. Portanto, tinham de se vir embora e vieram. E o Viana que tinha montado aquela história toda e quando apareceu o carro amarelo ficou todo contente porque tinha uma faca direitinha ao peito do coronel Caldeira e assim foi. Ficou o PAIGC sozinho em Santo Antão.

Do bocado em que estive em Santo Antão percebi onde é que estava a tensão, um foco de tensão, entre o PAIGC e a população. Nós tínhamos um barco, de cujo nome já não me lembro que tínhamos dado ao PAIGC, um meio-batelão, mas a motor (eu nunca vi o barco, foi assim que mo descreveram) e que trazia géneros da Guiné. E era o PAIGC quem fazia a distribuição de géneros. Era uma maneira que nós tínhamos encontrado de contribuir para a sua popularidade. O PAIGC trazia já da Guiné [os géneros] – e isso era simbólico porque eles queriam fazer a união com Cabo Verde: «olhem que da Guiné vem comida» – e faziam a distribuição. Quando chegou à ilha de Santo Antão ... Tem lá uns montes e uns montanheses que são os homens da Garça.

Pedro Gonçalves: Era uma lancha de desembarque.

Manuel de Lucena: Embora os géneros talvez não viessem da Guiné, talvez da Guiné viessem os géneros depois metidos na lancha.

⁵ Esta expressão é de um antigo deputado brasileiro, chamado Tenório Cavalcanti, que levava para o Parlamento uma pistola-metralhadora, dita Lurdinhas.

Mas o PAIGC é que aparecia depois nas ilhas, sobretudo em Santo Antão, com os géneros que ia dar às populações. Mas, depois, em vez de passar pelas chefias tradicionais, sobretudo, os tipos dos montes, que são os tipos da Garça, que são bastante valentes e agressivos, o PAIGC fez a distribuição burocrática através dos seus canais, passou por cima deles. De modo que, no dia em que apareceu em Santo Antão uma delegação da ONU, que tinha por missão – e eu direi quase por dever – apurar que as ilhas eram entusiasticamente pró-PAIGC, deparou-se-lhe uma manifestação contra o PAIGC. E os tipos da Garça, sabendo que ia haver um comício na Ribeira Grande, os camponeses convergiram a Ribeira Grande a dizer «Abaixo o PAIGC, viva Portugal» e despautérios destes. E entre nós – isto contou-me o Viana [...] – a tropa portuguesa pegou nos tipos da ONU, quando chegou à Ribeira Grande continuou até ao Paúl (ou seja, foi de Coimbra para o Porto...) e quando chegou ao Paúl disse-lhes: «Aqui é a Ribeira Grande». Depois fez-se um comício lá para haver uns aplausos ao PAIGC. Quando eu me vim embora [de Cabo Verde], estava no aeroporto do Sal a missão da ONU que de retorno testemunhou (depois vi no jornal) o apoio completo das populações de Cabo Verde ao PAIGC.

Eu acho que a realidade variava muito de ilha para ilha. Acho que este episódio não é generalizável. E sobretudo eu não posso generalizar porque não andei ilha por ilha a ver. Mas do que vi no Mindelo e nesses dois dias na ilha de Santo Antão era [assim], tendo-me parecido, quando estive na Praia, que a Praia era comparativamente mais pró-PAIGC, talvez até porque o Amílcar Cabral era daquela ilha.

Pedro Gonçalves: E além disso estavam bastante menos dependentes do dispositivo militar. Funcionavam muito como retaguarda em relação à Guiné-Bissau. Havia sempre 5000 ou 6000 militares no Mindelo enquanto na Praia era mais um destacamentozinho.

Manuel de Lucena: Pois, não se pode generalizar. Mas a minha ideia é que a descolonização cabo-verdiana foi fundamentalmente comandada por nós e foi um subproduto, não só da descolonização em geral, mas em particular da descolonização da Guiné. E não estranhei quando, muitos anos mais tarde, vi referências a declarações do próprio Aristides Pereira que foram publicadas pelo *Expresso*, em que ele se referia à independência com algum cepticismo.

A meu ver, se Portugal estivesse disposto a continuar, reforçando só um pouco as verbas de apoio, quisesse dizer que aquilo era mais uma região autónoma como a Madeira e os Açores, provavelmente o movimento separatista, com o passar dos anos, seria bastante mais fraco do que poderá ser nos Açores.

À parte isso, foi uma descolonização que se passou (porque os interesses eram pequenos, não havia grandes riquezas nem grandes cobiças), passou-se tudo sem mortos, as coisas piores foram: uns presos, umas *gaffes*, o Tarrafal: um susto, porque tendo o Alto-comissário feito a promessa de que os presos iriam ser [enviados para Portugal], ia-se [aproximando a data da independência], acabou-se Maio, entrou Junho, acabou-se Junho. Não, caminhou-se para o fim de Junho, e não parecia que o problema dos presos tivesse para ser resolvido. E, como se sabe, à última da hora, quando as coisas se decidem, não se sabe... e eles ainda podiam ficar. Ora o PAIGC não queria que eles ficassem, só tinha querido que nós os prendêssemos. Mas desde o momento em que Portugal negociou só com o PAIGC, desde o momento em que o Governo de Transição procedeu ordeiramente à transição, [...], eles já não queriam (os moderados que predominavam na direcção do PAIGC como eu pude à distância ver), não queriam fazer processos, não queriam sarilhos, queriam ali uma independência serena.

Pedro Gonçalves: E havia a pressão dos emigrantes.

Manuel de Lucena: E havia a pressão dos emigrantes que estavam preocupados com aquela história. [...]

Luís Salgado de Matos suspende temporariamente a sessão, que recomeça com:

Pedro Gonçalves: Da intervenção do Manuel Lucena o que sobressaiu foi a esperança de haver algumas esperanças em relação ao MFA, acho que havia alguma expectativa em relação ao MFA, e a nossa chegada teve o seu quê de curioso. Eu tinha tido um encontro, em Lisboa, em Agosto [de 1974], com o José Manuel Cruz, que era um dos elementos do PAGIC residentes em Lisboa. Tínhamos trocado algumas impressões no âmbito do MES, movimento ao qual eu estava ligado à data, e ia ter uns contactos em Cabo Verde. Vim mais tarde a saber, quando vim a Portugal, em 10 de Março [de 1975] que o meu contacto com o PAIGC tinha sido congelado por causa da companhia do alferes Lucena. [...] Isso no entanto não impediu a indicação do meu nome para as comissões mistas MFA/PAIGC... Foi uma coisa interessante que sucedeu, salvo erro em princípio de Janeiro e durou cerca de dois meses. O que é que se pretendia fazer com essas comissões? Era um bocado o levantamento da situação nas várias ilhas. E talvez fazer não só o levantamento da situação mas também saber se havia simpatias ou anticorpos em relação ao PAIGC. O meu parceiro da altura foi o Filipe Oliveira Ramos, que era engenheiro civil, que depois veio a ser ministro das Obras Públicas [de Cabo Verde]. [...] Conhecemo-nos e andámos a ver a situação em São Vicente e São Nicolau, que eram as duas ilhas do Barlavento que nos foram atribuídas. E então começamos pelo levantamento da situação socioeconómica, que foi objecto de um documento que depois foi entregue. Havia um sentimento de expectativa positiva das populações [...]. Havia algum receio da parte dos administradores de posto.

Luís Salgado de Matos faz uma intervenção tendente a precisar a divisão administrativa de Cabo Verde.

Pedro Gonçalves: Pois, havia concelhos e freguesias. Administrador de posto é uma denominação abusiva. Do que me pude aperceber o PAIGC tinha instalado alguns postos sanitários aspecto em que a administração portuguesa deixava um bocado a desejar. E só o facto de eles lá terem uns postos com uns enfermeiros, uns ajudantes de enfermeiros e uns medicamentos, caiu bem nas populações, tanto quanto me pude aperceber.

Entretanto, em relação à actividade económica, aquilo era um bocado incipiente e o dispositivo militar funcionava um bocado como estimulante para a economia local e para o rendimento das pessoas. A tal ponto que eu depois voltei a Cabo Verde como cooperante em 1976 e fiquei a saber que naqueles meses depois da independência, segundo números recolhidos pelo próprio PAIGC, o desemprego teria andado à volta dos 70 por cento. Não sei qual é fiabilidade destes números mas havia uma fortíssima dependência, porque havia ali dois núcleos fundamentais, o núcleo do Exército e o núcleo da Marinha. O núcleo da Marinha funcionava como retaguarda em relação à Guiné (tudo o que era fuzileiros, tropa embarcada, etc.) e em relação ao Exército dá-me impressão que havia evacuações directas. A Força Aérea só estava presente no Sal.

A nível da rádio do Mindelo, apesar do PAIGC ter ocupado a rádio do Mindelo, havia um programa do MFA. Foi registado o último programa do MFA, estava o Carlos Reis e o Corsino Tolentino⁶, entreguei essa cassette ao Manuel [de Lucena] o ano passado. E também se registou o programa a propósito da independência de Cabo Verde, a 5 de Julho.

O que me pareceu na altura, é que apesar destas oscilações todas, o PAIGC tinha uma posição moderada, não só porque havia pessoas moderadas ao nível das cúpulas, nomeadamente o Pedro Pires, o Carlos Reis, o Corsino Tolentino, o Alípio Pires e mesmo o Abílio

⁶ Políticos cabo-verdianos, ambos foram ministros e o segundo também embaixador em Lisboa.

Duarte (que foi o primeiro presidente da Assembleia de Cabo Verde). Os radicais, que andavam à volta do Silvino da Luz ,tinham menos importância e funcionavam um bocado como os maus da fita. [...] Como o Nixon e o Kissinger, «good guys, bad guys».

Não sei dos acontecimentos de Santo Antão. Nunca tinha ouvido falar nesse passeio das Nações Unidas. As pessoas não pareciam particularmente agressivas, o PAIGC tinha uma necessidade óbvia de se implantar e de ser reconhecido.